
Percepções do conflito entre judeus e cristãos no segundo século no diálogo com Trifão, de Justino Mártir

FÁBIO AUGUSTO DARIUS¹

CLEYTON RIBEIRO DE SOUZA²

A instável relação entre judeus e cristãos elucidada inúmeras interpretações quanto a causa, efeito e circunstância de divergência entre ambos. O presente trabalho tem como objetivo explicar a relação entre grupos de judeus e cristãos no contexto do Império Romano para compreender as ferramentas sociais de composição do *Diálogo*. Como a obra cooperou para a desafeição entre judeus e cristãos? Inicialmente, pretende-se fazer um levantamento biográfico do autor do *Diálogo*. Logo após, busca-se discutir alguns trechos da obra a partir de um debate historiográfico, dando margem ao terceiro tópico, a saber, o processo de dominação romana na Judeia, interferindo ou não nas relações entre judeus e cristão do segundo século.

Palavras-chaves: Judeus e cristãos; Estabelecidos e outsiders; Justino Mártir; Império Romano; *Diálogo com Trifão*.

The unstable relationship between Jews and Christians elucidates several interpretations of the cause, effect and circumstance of difference between them. This paper aims to explain the relationship between Jews and Christians in the context of Roman Empire to understand the social tools of dialogue composition. How the work has cooperated to the disaffection between Jews and Christians? Initially, we intend to make a biographical the author of the Dialogue. Soon after, we try to discuss some of the work excerpts from a historiographical debate, giving rise to the third

.....
¹ Doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia de São Leopoldo. Mestre em Teologia pela Escola Superior de Teologia de São Leopoldo. Graduado em História pela Fundação Universidade Regional de Blumenau FURB. E-mail: fabio.darius@unasp.edu.br.

² Graduado em História pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo.

topic, namely the Roman rule in Judea process, interfering in relations between Jews and Christians in the second century. Finally, if an attempt is made to know how stigma process in Judea assisted in the dialogue composition.

Keywords: Jews and Christians; Established and outsiders; Justin Martyr; Roman Empire; *Dialogue with Tryphon*.

Introdução

Ainda que o conflito entre judeus e cristãos na maioria das vezes possa ser de cunho espiritual, o artigo pretende elucidar alguns fatores sociais como possíveis causas para a divergência entre ambos, viabilizando a composição do *Diálogo com Trifão*, de Justino.

Inicialmente, foi feito um levantamento biográfico de Justino Mártir, com o objetivo de situar o autor da obra em seu tempo, caracterizando a procura de sua fé, sua defesa e seu martírio.

Logo em seguida, pretende-se mostrar as discordâncias entre judeus e cristãos abordadas no *Diálogo*. Nesse tópico, existe a necessidade de apresentar os destinatários da apologia, onde aborda-se uma discussão historiográfica a respeito da necessidade da apologia, bem como seu destinatário.

Busca-se ainda contextualizar a obra com a dominação romana na Judeia; muito embora esta aconteça desde 63 a.C., o recorte trabalhado remonta de 130 a 165 d.C. Este tópico observa a participação romana em intensificar o conflito entre judeus e cristãos na Judeia.

Usaremos a metodologia de Norbert Elias e John Scotson (2000) em *Os Estabelecidos e Outsiders*. Trabalharemos como o estigma social criado a partir de parâmetros normativos de temporalidade depreciando os *outsiders*, ou seja, os que não compõem o grupo dos estabelecidos. Embora essa metodologia esteja distante de forma cronológica e geográfica, não se pretende fazer uma comparação entre os processos de estigmatização da cidade de Winston Parva e a Judeia do segundo século, mas sim observar a configuração social da Judeia e a formação deste processo de estigmatização.

Assim, procura-se compreender os possíveis fatores para o processo de relações sociais na Judeia, e não uma comparação, como diz (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 13), “quer se trate de quadros sociais, como os senhores feudais em relação aos vilões, os “brancos” em relação aos “negros”, os gentios em relação aos judeus, os protestantes em relação aos católicos e vice-versa”. Há sempre um estigma — em maior ou menor



grau — e as relações configuram-se de forma extremamente complexa e muitas vezes demandam séculos para que uma nova perspectiva se abra.

Vida de Justino Mártir

Justino Nasceu por volta de 100 d.C., em Flávia Neápolis, próximo de Siquém. A cidade foi instituída como colonia romana em 72 d.C. pelo imperador Vespasiano (OSBORN, 1973, p. 6). Justino era de família pagã e, em busca da verdade, se tornou discípulo de diferentes mestres. Essa busca o tornou, cronologicamente, helenista, estoico, pitagórico, platônico, médio platônico e peripatético, convertendo-se ao cristianismo em 130 d.C., a qual chamou de “verdadeira filosofia”.

No período em que esteve em Roma (138-161 d.C.), durante o governo de Antonino Pio, estabeleceu sua escola filosófica cristã. Sabe-se que o apologeta apresenta duas apologias, que são consideradas legítimas, escritas em Roma por volta de 151-154 d.C.. A primeira possui como destinatário Antonino Pio e a outra é o *Diálogo com Trifão*, escrito em torno de 155-165 d.C.

Eusébio de Cesareia caracteriza Justino como um sincero amante da filosofia (*Historia Ecclesiastica*, IV.8.3). Sua conversão é descrita em *Dialogo com Trifão*. Dentre todas essas escolas, Justino narra o início de sua carreira até sua conversão como abandonando os estoicos, pois estes não lhe diziam nada a respeito de Deus, deixando também os peripatéticos, pois estes começaram a cobrar honorários. Deixou também os pitagóricos, pois esperavam demais das inúmeras disciplinas e ofícios. Contudo, quando conheceu os platônicos, ele vivenciou um verdadeiro deleite, pois imaginou ali ter profunda e verdadeiramente conhecido Deus.

No entanto, sua vida tomaria novos rumos ao conversar com um ancião à beira do mar, onde ficou convencido da insuficiência de seu platonismo. Assim, “Justino se transformou num pregador itinerante e iniciou sua atividade de apologeta propriamente dito, uma vez que passou a defender os cristãos e a fé, permanecendo leigo até o martírio” (GIANDOSO, 2011, p. 92).

Em Roma, Justino obteve como inimigo o filósofo cínico Crescente. Justino comenta que sobrepujou Crescente, já que este mostrava-se prolixo a respeito do cristianismo. Esse debate precipitaria o martírio de Justino, que, condenado à morte por Júnio Rustico em 165 d.C. e acompanhado de seis companheiros, foi decapitado.

Diálogo com Trifão como fruto de seu tempo e seu possível destinatário

A influência do Império Romano torna-se perceptível sobre o conflito no qual se configura o *Diálogo*. Como afirma González (1995, p. 79), “durante todo o século segundo, e boa parte do terceiro não houve uma perseguição sistemática contra os cristãos”. Como se vê, não existia um estigma por parte do Império Romano que os fizesse perseguir cristãos simplesmente por serem cristãos; sobretudo, o que fazia com que cristãos fossem levados ao tribunal eram as pressões públicas.

Segundo González (1995, p. 79), “se por alguma razão alguém queira destruir algum cristão, tudo o que tinha de fazer era levá-lo diante dos tribunais”. Sob esse prisma, é possível evidenciar ainda mais a posição parcial do império para com a classe dominante na Judeia, isto é, judeus com grandes quantias de sestércios. Elias e Scotson (2000, p. 33) afirmam que “a circulação de fofocas depreciativas [*blame gossip*, por parte dos romanos] e a autoimagem maculada dos *outsiders* podem ser consideradas traços constantes desse tipo de figuração. Em outros casos, eles se tornam rotineiros e podem persistir por séculos”. Embora essa parte do processo remeta à realidade de Winston Parva, na Judeia torna-se notório o mesmo problema, se for levado em consideração o histórico de perseguição dos cristãos por parte de judeus e suas difamações, persistindo até que esta virasse a religião oficial do Império Romano.

Diante de tal corrupção, senão pressão popular, os cristãos haveriam de tomar medidas quanto à reputação que lhes era empregada. Segundo González (1995, p. 79), “em tais circunstâncias, os cristãos se viam na necessidade de fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para dissipar os rumores e as falsas acusações que circulavam acerca de suas crenças e de suas práticas”. Talvez fosse com esse objetivo que Justino possuía uma escola cristã em Roma.

Cairns (2008, p. 91) comenta que pouco depois do ano 150, Justino escreveria sua primeira apologia, endereçada a Antonino Pio, imperador romano, e a seus filhos adotivos. Nessa apologia, ele exortava os imperadores a examinarem as acusações contra os cristãos, a fim de que fossem libertos se considerados inocentes. Justino então provaria que os cristãos não eram nem ateus, por crerem em um Deus que não se vê, e tampouco idólatras.

A respeito de *Diálogo com Trifão*, Cairns (2008, p. 91) enfatiza a necessidade do escrito para o contexto social da época. Cairns (2008, p. 91) acrescenta que “Justino procura convencer os judeus de que Jesus Cristo é o Messias. Para isso, ele alegoriza a Bíblia e dá muita ênfase à profecia”. Sua forma de pregação era composta por sua influência greco-romana.

É possível observar a necessidade de autenticação que Justino tinha com respeito ao cristianismo. González (1995, p. 80) explica: “O que se dizia acerca dos



cristãos pode ser classificado em duas categorias: os rumores populares e as críticas por parte da classe culta.” As acusações então se mostravam cada vez mais parciais.

É razoável dizer que o *Diálogo* tem o objetivo de enfatizar as diferenças entre esses grupos para o atual imperador? Segundo Philipp Vielhauer (2005), “a maioria dos escritos da igreja cristã primitiva em forma de cartas era destinada às comunidades cristãs, fossem individuais ou grupos”. Em contrapartida, Pera (2009, p. 56) argumenta:

É certo, porém, como convém a qualquer dedução, admitir a possibilidade de que alguns desses escritos possam ter sido lidos por outros que não os cristãos, entretanto, o objetivo da obra não poderia ser a conversão de não cristãos, uma vez que o acesso a tais escritos por estes era algo muito pouco provável.

É sugestível que o destinatário dos escritos se trata de uma classe mais seleta de pessoas. Teria Justino sido movido por esforços para alcançar judeus e membros da elite romana? De acordo com Bueno (2002, p. 1.090), “podemos afirmar que foi um zelo ardente por converter ao cristianismo os filhos de Israel que moveu o apologista cristão a redigir seu famoso diálogo”. Lagrange (1914, p. 24), por outro lado, diz: “Ele escreveu, não digo contra os judeus, mas sobre as relações da antiga e da nova aliança, para atrair à fé os filhos de Israel”.

Provável, então, que as opiniões divergem sobre o destinatário da carta, comprometendo assim a função do *Diálogo*. No entanto, utilizando-se o próprio diálogo como método de discussão a respeito de sua função, qual seria seu objetivo: conversão? difamação? divergência entre cristãos e judeus? Para Justino, a religião judaica, com seu rigor, havia se tornado uma religião de extremo proselitismo.

Glorifiquemos a Deus, todas as nações juntamente reunidas, porque Ele olhou também para nós. Demos-lhe glória, por meio do Rei da glória, por meio do senhor das potências. Porque Ele também aprovou as nações e recebe os nossos sacrifícios com mais gosto do que os de vocês. Para que falar de circuncisão se já tenho o testemunho de Deus? Que necessidade há daquele banho para quem foi banhado pelo Espírito Santo? (*Diálogo com Trifão*, 29.1)

Justino declara a Trifão que a tradição judaica havia caído por terra mediante a vinda de Cristo. Trifão questionava a ousadia dos cristãos em crer na remissão dos pecados mediante um homem pendurado numa cruz, esquecendo-se de que eles próprios acreditavam na remissão dos pecados pelo sangue de um animal, ainda

que possuísse apenas um significado e representação. É evidente que os comezinhos boatos ou esforços paralisavam os esforços de Trifão em crer na proposta de Justino. Justino, por sua vez, acreditava poder fazer com que anos de tradição fossem jogados ao chão simplesmente pela sua fala. Justino (*Diálogo com Trifão*, 64.2) ainda diz:

Trifão, se eu fosse como vocês, homem amigo de disputas e vazio, não continuariam a discutir com vocês, pois não estão dispostos a entender o que se diz. Pensam apenas em aguçar a mente para responder. Todavia, como temo o julgamento de Deus, não me apresso a afirmar, a respeito de ninguém de sua raça, que não pertença ao número dos que, pela graça do Deus dos exércitos, podem salvar-se. Por isso, por mais malícia que vocês demonstrem, continuarei respondendo a tudo o que objetarem e contradizerem.

78 Ainda que o texto acima coloque a discussão entre Trifão e Justino como se tornando banal, nota-se que nenhum dos lados estava disposto a ceder à discussão. A discussão, em suma, refere-se a um judeu que se mostrava possuir alguns conceitos de filosofia e um cristão que utilizava de suas escolas filosóficas a fim de defender fielmente sua crença. Segundo Allert (2002, p. 40), “não há razão para não considerar a hipótese que o *Diálogo* possa ter como fundo o debate judeu-cristão, e ainda assim abranger questões filosóficas, justificadas pelo clima cultural mais amplo”. Fomenta-se então a ideia que o *Diálogo* seria também fruto de um tempo conturbado, além de ser uma carta com um intuito extremamente variável. O *Diálogo* seria destinado a qual público? Juan Pablo Sena Pera ainda afirma que

o caráter restrito de tal circulação torna pouco provável a hipótese de acesso ao texto por parte de pagãos, judeus ou marcionitas, o que inviabiliza as suposições dos especialistas que consideram o *Diálogo* uma ferramenta apologética destinada a ser lida por judeus não crentes em Jesus, marcionitas ou pagãos (PERA, 2009, p. 56).

Contudo, há pelo menos uma questão a ser considerada aqui: se a obra não era para o conhecimento de Judeus, por que o aumento da tensão causado pela obra, como sugere o autor? O que se percebe nitidamente na carta é o embate entre um judeu que havia aprendido com um socrático e um cristão, que procurou há tempos pela paz e felicidade, tendo passado por uma grande variedade de escolas de pensamento. Assim, embora pareça improvável que essa carta se destinasse a pagãos — afinal Justino trata inúmeras vezes sobre a identidade da fé judaica e sobre questões que tangem somente



a personagens que possuem certa bagagem nas religiões semitas — ainda assim esta possibilidade não pode ser deixada totalmente de lado. Afinal, boa parte do Novo Testamento depende da Bíblia Hebraica e nem por isso se restringe à israelitas. A busca de Justino em suprimir a importância da religião judaica parece aumentar (ou a obra evidencia o que já era perceptível) os motivos de atrito entre judeus e cristãos do segundo século. Justino (*Diálogo com Trifão*, 11.2) continua:

A Lei dada sobre o monte Horebe já está velha e pertence apenas a vocês. A outra, porém, pertence a todos. Uma lei colocada contra outra lei anula a primeira; uma aliança feita posteriormente também deixa sem efeito a primeira.

É notável a tentativa de Justino, a partir de sua nova e pujante descoberta espiritual, anular as tentativas de afirmação da nação judaica como sendo a religião de Javé, enquanto, ao mesmo tempo, talvez de forma inconsciente, se utilize dela, o que causava dissensões maiores ainda. “Em tais casos, não são as diferenças que tornam o convívio intolerável com o outro, mas sim sua reivindicação ao mesmo patrimônio e identidade culturais” (PERA, 2009, p. 80). É provável que, a partir do texto de Justino, certos grupos de judeus, ao verem o posicionamento “ofensivo” de cristãos, tinham o cristianismo como supérfluo, raso e mal fundamentado.

Os cristãos, muito embora não possuíssem motivos legais para serem perseguidos, a não ser as eventuais desordens públicas, sofriram com a marginalização dos dominadores. Aparentemente, depois de serem há muito marginalizados, a partir da pena de Justino, houve, de certa forma, uma espécie de revide. Acerca desta perseguição, afirma González:

Havia outras acusações que se faziam contra os cristãos, não pelo vulgo mal informado, mas por pessoas cultas, muitas das quais conheciam algo das doutrinas cristãs. Sob diversas formas, todas eram pessoas ignorantes cujas doutrinas, pregadas sob um verniz de sabedoria, eram em realidade néscias e contraditórias. Em geral, essa era a atitude que adotavam os pagãos cultos e de boa posição social, para quem os cristãos eram uma gentilha desprezível (GONZÁLEZ, 1995, p. 82).

Séculos antes do Edito de Tolerância pondo fim às perseguições de Diocleciano e de Constantino, no fim de sua vida se tornar um cristão, a “gentilha desprezível” expressa por González consistia, em sua maioria, de pobres e iletrados, ou quase isso, que ocupavam as camadas mais baixas da sociedade. O próprio Justino, leigo,

provavelmente não ser furtava a uma discussão, ainda que, segundo o citado autor, não sendo néscio, poderia ser possuidor da sabedoria que vem do alto.

Dominação romana na Judeia: contexto geral

A dominação romana na Judeia acontecia antes mesmo do nascimento de Cristo. No entanto, é com Sua morte e com o passar do primeiro século que o Império Romano, segundo Petit (1975), atingiria sua maior estabilidade, sendo denominado como “século de ouro”. Com toda essa estabilidade, o Império Romano passaria a buscar hegemonia no campo geográfico, social, cultural e político. Dessa forma, pouco importava a eles quem era o povo dominado. Trajano, por exemplo, não diferenciava orientais e ocidentais, indicando muitos gregos e africanos ao senado; foi durante seu governo que os membros da ordem equestre ascenderam a cargos administrativos (PIGANIOL, 1961, p. 281).

Na primeira metade do segundo século (161-180 d.C.), aquele império mostrava-se ainda muito estável, mas isso mudaria sensivelmente na segunda metade, a partir de Marco Aurélio, com a crise institucional que começaria a demonstrar seus primeiros sinais.

O apogeu do Império Romano no segundo século é caracterizado por uma governança mais técnica e burocrática, onde ficam em destaque as ordens equestres, ou seja, grupos que possuem seus próprios cavalos e equipamentos de cavalaria, além de possuírem cargos municipais. Ali a ordem equestre conseguiria diminuir a aristocracia senatorial diminuindo o poder dos nobres. “Entre o primeiro século, no qual os senadores desempenhavam o papel principal, e o segundo século, que os vê sucumbir sob a pressão dos cavaleiros e dos soldados, o segundo século pode ser considerado como um período equilibrado” (PETIT, 1975, p. 361).

Um período equilibrado é um dos elementos básicos para manutenção social do estabelecido, ou seja, um grupo dominador que pretende se manter hegemônico. Na primeira metade do segundo século, o Império Romano não possuía interesse no conflito entre judeus e cristãos, de maneira que o que importava era ser cidadão romano, não sendo relevante as demais vicissitudes. Nota-se então a distinção dos romanos para com os *outsiders*, considerando, obviamente, apenas os romanos os estabelecidos, ainda que fossem cristãos. “O imperador Augusto (63 a.C.-14 d.C.) é tido como inaugurador da era de paz em Roma. Na época que lhe é anterior já havia sinais da *Pax romana*, mas foi justamente nele que ela passou a ser sentida como uma mudança profunda” (ZITZKE, 2011, p. 63). É importante salientar a profunda caracterização do império como estabelecido, já que sua pluralidade cultural auxiliou na organização do império. Zitzke comenta a grande promoção de uma vida melhor pregada pelo Império Romano,



ainda que os direitos não fossem iguais aos dos patrícios. Aos poucos, contudo, surgiram benefícios para as novas classes emergentes.

A sensação de desolação era sentida de forma muito intensa pelo povo romano, pois enquanto a plebe, encarregada dos serviços militares, fazia seu trabalho de expansão territorial, o luxo e a riqueza das conquistas militares eram privilégios de uma minoria de patrícios e alguns plebeus enriquecidos. Na classe dos plebeus também se encontravam imigrantes de outras regiões que saíam de seu território para passar a viver na capital. Durante a República, os enriquecidos ainda não tinham o direito à cidadania, mas carregavam consigo os recursos financeiros de origem e, ao viver em Roma, usufruíam igualmente dos benefícios culturais oferecidos aos patrícios (ZITZKE, 2011, p. 64).

É notável, a partir daí a insatisfação da sociedade para com as normas estabelecidas, e tanto proprietários rurais quanto nobres e pobres buscavam uma reforma social. Vale salientar que cada classe lutava por sua necessidade: a classe mais rica buscava, com veemência, poder de interferência nos assuntos de Estado, o que não cabia aos plebeus. Logo, é possível notar que os interesses de cada classe divergem de acordo com sua necessidade. Dessa forma, enquanto plebeus abastados buscavam aceitação, ou seja, um espaço na estratificação social, os plebeus de baixa renda reivindicavam uma vida mais digna, que escapasse ao modo de servidão. Chartier (1990, p. 17) declara:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Percebe-se então que a possibilidade de ascensão social viria com um objetivo específico: suprir a necessidade de seu autor, ou seja, o imperador. Embora essa conduta passiva tenha garantido prosperidade ao Império Romano de Trajano, quando seu filho adotivo Adriano sobe ao poder, começa a campanha conhecida como Revolta de Bar Kochba (132-135 d.C.), que modificaria o cenário social e político na Judeia, bem como as relações entre os *outsiders*.

Na Revolta de Bar Kochba, fica evidente a perseguição tanto de cristãos quanto de judeus. Simão bar Kochba (“filho da estrela”) foi o líder que tomaria a frente da

guerra contra o domínio romano na Judeia (FORTES, 2005, p. 22). Ele foi reconhecido como Messias pelo rabino Akiva.

Fato é que a aparição de inúmeros libertadores remetem ao “rei pastor Davi, e seus movimentos forneceram o protótipo histórico para os movimentos messiânicos populares subsequentes” (HORSLEY; HANSON, 1995, p. 93), dando assim abertura para inúmeros impostores. Segundo Chartier (1990, p. 17), “as lutas de representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio”.

O filho da estrela, Simão bar Kochba, tornar-se-ia mais um, pois perderia a guerra, e três anos depois, de acordo com os costumes romanos, Jerusalém foi “arada com uma junta de bois”; a Judeia foi renomeada Palestina e Jerusalém, Aelia Capitolina. A guerra acometida teria por início a decisão do imperador Adriano em transformar Jerusalém numa cidade pagã (GIANDOSO, 2011, p. 27).

Como resposta à influência do Império Romano, as duas religiões possuíam distintos posicionamentos: os judeus, por um lado, encontravam-se frustrados, e os cristãos eram torturados, a fim de entrarem na guerra pelos judeus.

Obviamente, a Revolta de Bar-Kochba apenas fortaleceu a ferrenha discussão que existia entre judeus e cristãos no segundo século, pois a discrepância entre judeus e cristãos, não era somente no nível religioso, mas social (FLUSSER, 2002, p. 186).

Bar Kochba marcaria uma grande dispersão de judeus de Jerusalém, já que Adriano os expulsaria. É interessante notar que os judeus que antes possuíam aversão aos cristãos passariam a tentar recrutá-los, mediante a necessidade de romper o domínio do Império Romano sobre a Judeia. Aparentemente, Justino não deu muita atenção a isso, visto que é possível que o mesmo pouco se interessasse por essas questões mais de ordem terrena. Além disso, essas relações eram bastante voláteis e ao sabor de determinadas e específicas situações.

O Império Romano não se utilizava somente de suas legiões, mas também promovia as relações e negociações diplomáticas para impor sua hegemonia. Isso evidencia o estreitamento de laços entre a elite romana e a elite provincial.

Hopkins (1981) argumenta que o sistema de classes possui o *status* assegurado mediante a legislação que exprimiu e enfatizou a renda. Para pertencer ao primeiro estamento da classe social, era necessário cerca de 1 milhão de sestercios, e, para o segundo estamento, era necessária a quantia de 400 mil sestercios.

Acerca do problema religioso, Feldman (2006) comenta que o judaísmo era de certa forma privilegiado simplesmente por ser uma religião muito antiga. Assim, quando os romanos entraram em contato com os judeus, ainda que houvesse embate entre estes, o judaísmo foi considerado uma *religio licita* pelos romanos, isto



é, era tolerada como um tipo de paganismo que era vigente no Império Romano. Em contrapartida, o cristianismo era tido como uma religião de cultos obscuros. Contudo, as relações com os judeus mudaram a partir do ano 70 e com os cristãos houve momentos de perseguições ou de certa tolerância, sendo que no período de Justino, ambas, antigas ou não, viviam situação delicada. Ainda assim, segundo Silva (2006), o cristianismo era considerado uma religião exótica pelas outras religiões do Império Romano, principalmente pelo fato de seu monoteísmo inflexível, e as reuniões eram extremamente comentadas e idealizadas pelos cidadãos da época. Levantava-se a hipótese de haver promiscuidades, canibalismo e invocação de espíritos.

Antonino Pio (138-161 d.C.) propiciaria um ambiente mais favorável para uma maior tolerância religiosa no Império Romano, de maneira que existiria a distinção entre *Honestiores* e *Humiliores*. Essas duas classes compunham a estratificação social. Sobre elas Hopkins (1981) comenta que a diferença entre os dois era meramente formal, de maneira que a distinção era feita de acordo com a renda, bem como a compra da cidadania romana. Assim sendo, era possível cogitar uma ideia de ascensão social, de modo que cada estamento era assegurado pela quantidade de sestercios que possuía. Fomentava, então, a possibilidade de crescimento, tanto para judeus quanto para cristãos, na criação de identidade por parte do cristão. Por outro lado, judeus buscavam resgatar as raízes que foram suprimidas durante o período do imperador Adriano.

O cenário logo mudaria. Afinal, a religião cristã aceitava a todos, independentemente de condição física ou financeira. Em contrapartida, judeus, que foram os antigos estabelecidos e dispunham de economias capazes de adquirir tanto a cidadania romana quanto a classe privilegiada no estamento social, rapidamente utilizaram essa vantagem social política e econômica a fim de suprir seus interesses. Construía-se então o cenário de estigma e de opressão ao cristão.

O judeu, por sua vez, viu a alteração vir com a mudança dos imperadores, ou seja, de Adriano para Antonino, de maneira que sua posição obteve maior notoriedade. Segundo Ste Croix (1981), o judeu exercia influência sobre o cristão, que não só era estigmatizado pelos judeus, mas também pelos romanos; afinal, eram tidos como grandes causadores de desordem pública. Na maioria das vezes, os romanos, quando se deparavam com o conflito entre judeus e cristãos, adotavam uma posição de alerta, até que algum destes violasse as leis romanas. Os atos de evangelização dos cristãos, uma vez ou outra, causavam tumulto e acionavam a intervenção do Estado romano. Considerando também a fama dos profetas cristãos, quando se intitulavam como tal, eram acima de tudo algo que provocava alvoroço na população, pois segundo ser cristão nesse período (138-161 d.C.) era denominar-se como criminoso e alguém que conspirava contra a sociedade (STE CROIX, 1981).



É provável, então, que uma das principais características que iram marcar a opressão judaica aos cristãos seria a compra de posição no estamento social. Ali ficaria visível a associação entre judeus e romanos.

Antonino Pio, mesmo não saindo da Itália, mantinha constante contato com suas províncias e, por isso, confiava a sua elite a descrição de progresso do local, que, coincidentemente, era o grupo que possuía poder aquisitivo para comprar a cidadania, bem como ser considerado membro da elite. Esse grupo em particular eram aos judeus, pois, como estabelecido há tempos, tinham suas raízes bem fundamentadas e dispunham de economia para comprar tais benefícios. Os cristãos ainda não haviam alcançado aquele estágio e buscavam a afirmação de uma identidade que os distinguiria. “Justino, por exemplo, não admitia que pudesse existir o risco de confundir os evangelhos com ‘histórias maravilhosas’. A vida de Jesus era a realização das profecias do Antigo Testamento, e a forma literária dos evangelhos não era a de um mito” (ELIADE, 2002, p. 117).

Os judeus, então, como novos estabelecidos, buscavam maior visibilidade e, assim, propunham medidas a serem tomadas contra os cristãos. Logo, inúmeras denúncias eram feitas a despeito da atitude dos cristãos.

Fato é que o imperador não possuía a autoridade de promover uma perseguição sem denúncias. Os judeus, tomando conhecimento disso, lutavam pelos seus interesses, fazendo com que a pregação dos cristãos atingisse o código de conduta romano, e, caso o governador não aderisse às reivindicações, tornava-se impopular.

Se um governador se recusava, apesar de tudo, a fazer o que o povo esperava, não apenas se tornava impopular: a indignação geral contra os cristãos podia, muito facilmente, provocar motins e linchamentos, como temos provas de que ocorreu algumas vezes; e, uma vez a violência desencadeada, qualquer coisa podia acontecer (STE CROIX, 1981, p. 250).

Segundo Ste Croix (1981), era comum o governador condenar um cristão por qualquer coisa, embora muitas das acusações fossem falsas. Assim, a estrutura legal permitia a acusação por parte de um influente a um cristão ou a exposição de um cristianismo.

Embora não houvesse algo na prática cristã que fosse condenado pelos romanos, a situação de supressão de judeus influentes e intelectuais não simpatizantes tornava os cristãos mal vistos pelos romanos. Ste Croix (1981) comenta que a maioria das denúncias eram anunciadas como tumultos, porque falavam sempre sobre o fim do mundo, culminando com a segunda vinda do Messias.



Configura-se, assim, o cenário no qual Justino escreveu seu *Diálogo*, em meio a tantas imposições e golpes de corrupção, tanto pelo Império Romano quanto pelos judeus, que anteriormente gabavam-se de sua integridade.

Considerações finais

Sob a metodologia de teoria de poder de Elias, foi possível observar os embates entre judeus e cristão do segundo século, de forma que essas intrigas auxiliaram na composição do *Diálogo com Trifão*. Não levando em consideração somente motivos religiosos para dissensão entre estes, foi possível observar algumas disciplinas que complementaram na interpretação, como sociologia, política, teologia e história.

Parece clara a participação do Império Romano como necessária para o processo de estigma social na Judeia do segundo século, o qual mostra-se como um agente extremamente participativo na relação de dominador e dominado, no estigma de Norbert Elias e John Scotson (2000) *Os estabelecidos e outsiders*. É importante destacar que as bases da metodologia de teoria de poder de Elias são engendradas de romano para com judeu e cristão. A necessidade de visibilidade faria com que a nação judaica tomasse medidas controversas. Evidencia-se que não somente a discrepância no modo de culto causava atrito entre judeus e cristãos, mas também a necessidade de afirmação como nação ou ideologia dominante. Muito embora a hegemonia fosse romana, os judeus viam-se com possibilidade de desfrutar desse novo dominador, sempre objetando a supressão da “escoria cristã” de um mundo que antes os pertencera, mas que se encontrava em terrível declínio.

A visão de estigma de judeus para com cristãos é vista nos escritos de Justino. Ainda que existam diversas interpretações sobre a função do texto apologetico, bem como seu destinatário, que também evidenciaria as condições sociais da época, o objetivo desta discussão teórica é propor apenas nuances da função dessa obra. Utilizando o próprio *Diálogo*, nota-se a veemência com que Justino o escreveu. Sob um contexto de opressão e sobre duras condições de expor a fé, cristãos, mesmo em meio a inúmeras dificuldades, não se deixaram abater. Os judeus, por sua vez, fizeram-se firmes em meio a um mundo que antes fora seu. A importância do Império Romano na Judeia torna-se o fator inicial e fundamental para o início de inúmeras perseguições que aconteceram e que viriam a ocorrer.

Nota-se que o *Diálogo*, como fruto de seu tempo, possuiu grande influência dos conflitos entre estabelecido e marginalizado. Não há, no entanto, um consenso entre os autores levantados tanto sobre o destinatário quanto sobre a função do *Diálogo*. Contudo, é plausível dizer que o *Diálogo* pode tanto ser uma forma de pregação quanto uma forma de evidenciar a diferença entre judeus e cristãos. Assim como a *Primeira Apologia* de

Justino Mártir, bem como seu destinatário, pode ter sido uma comunidade cristã, como o imperador, ou o governante da província que tomava as medidas cautelares e disciplinares.

Referências

ALLERT, C. D. **Revelation, truth, Canon, and interpretation: studies in Justin Martyr's Dialogue with Trypho.** Leiden: Brill, 2002.

BUENO, D. R. Martirio de San Justino y de sus comparieros. In: **Acta de los Martires.** Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 2002.

CAIRNS, E. E. **O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã.** São Paulo: Vida Nova, 2008.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 1990.

86 ELIADE, M. **Mito e realidade.** São Paulo: Perspectiva, 2002.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FELDMAN, S. A. Rei ungido a redentor da humanidade: a evolução do conceito de messias. In: SILVA, G. V., NADER, M. B., FRANCO, S. P. (Orgs.). **As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião.** Vitória: EDUFES, 2006.

FLUSSER, D. **O judaísmo e as origens do cristianismo.** Rio de Janeiro: Imago, 2002. v. 3.

FORTES, T. **Rabi Akiva e Bar Kokhva: o sonho messiânico.** Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GIANDOSO, D. M. **O Diálogo com Trifão de São Justino mártir e a relação entre judeus e cristãos.** Dissertação. (Mestrado em Teologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GONZÁLEZ, J. L. **História ilustrada do cristianismo: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados.** São Paulo: Vida Nova, 1995.



HOPKINS, K. Movilidad de la elite en el Imperio Romano. In: FINLEY, M. I. **Estudios sobre história antiga**. Madrid. Akal Editor, 1981.

HORSLEY, R. A.; HANSON, J. S. **Bandidos, profetas e messias: movimentos populares no tempo de Jesus**. São Paulo: Paulus, 1995.

LAGRANGE, J. **Saint justin: philosophe, martyr**. Paris: Victor Lecoffre, 1914.

MODRZEJEWSKI, J. M. Roman Law and Jewish Identity. In: OPPENHEIMER, A.; MOR, M; PASTOR, J. SCHWARTZ, D. **Jews and gentiles in the Holy Land in the days of the Second Temple, the Mishnah and Talmud**. Jerusalem: Yad Ben-Zvi Press, 2003.

OSBORN, E. F. **Justin Martyr**. Tubigen: BHT Gerhard Ebeling, 1973.

PERA, J. S. **O anti-judaísmo de Justino Mártir no diálogo com Trifão**. Dissertação. (Mestrado em Teologia). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2009.

PETIT, P. **Histoire generale de l'Empire romain. Le Haut-Empire (27 avant J.-C. -161 apres J.-C.)**. Paris: Editions du Seuil, 1975.

PIGANIOL, A. **Histoire de Rome**. Paris: [s. n.], 1961.

SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

STE CROIX, G. M. Por quo fueron perseguidos los primeros cristianos? In: FINLEY, M. I. **Estudios sobre história antiga**. Madrid: Akal Editor, 1981.

VIELHAUER, P. **História da Literatura Cristã Primitiva**. Santo André: Academia Cristã, 2005.

ZITZKE, A. **Amor divino na carta aos romanos: análise histórica, exegética e sistemática da entrega de cristo em textos selecionados**. Tese (Doutorado em Teologia). Escola Superior de Teologia, Programa de pós-graduação, São Leopoldo, 2011.